



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM
DA CRIANÇA**

ELZA CLEMENTINA LOPES GOMES

**BELO HORIZONTE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM
DA CRIANÇA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Marielle Morais de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO (opcional)

Elza Clementina Lopes Gomes

A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ___ de outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Nome completo do professor – Orientador

Nome completo - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família em especial ao meu esposo Roberto Sidnei.

RESUMO

O trabalho em evidencia: “A Influencia da Família no Processo de Aprendizagem da Criança”, está embasado no valor da presença dos pais no universo da Escola Municipal Professora Simone Soares estreitando laços com a gestão democrática. O objetivo desse estudo visa aproximar as famílias definitivamente no âmbito escolar, fortalecendo o elo família-escola com o intuito de melhorar o desempenho do discente. Ao que se refere ao processo ensino aprendizagem valoriza a maior participação dos familiares junto à gestão escolar, refletindo de fato na qualidade da educação, levando os responsáveis a conhecerem o espaço escolar e o seu cotidiano, participando das tomadas de decisões fazendo parte do colegiado e na participação de trabalhos como revisão do Projeto Político Pedagógico. Quanto à utilização dos procedimentos técnicos, será utilizada a pesquisa bibliográfica e análise documental do Projeto Político Pedagógico. Portanto, pretende-se nesse trabalho inferir as propostas que possam contribuir para o ingresso definitivo das famílias na escola.

Palavras- chave: Família- Gestão Democrática – Educação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. DESENVOLVIMENTO.....	11
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19
5. ANEXO: Projeto Político Pedagógico.....	20

INTRODUÇÃO

Até o século XIX, o ensino ficava a cargo da família ou de pequenos grupos, cada um de seu jeito. Depois, a escola assumiu o papel de formalizar os conhecimentos, ampliá-los, sistematizá-los e torná-los comum a todos.

Neste contexto, fica inerente a responsabilidade maior sobre a escola, atualmente, percebe que há a necessidade de se fazer mais presente os responsáveis no cotidiano escolar. A família, antes afastada, está sendo convocada a participar. A mudança veio com as teorias pedagógicas centradas na necessidade da parceria escola - família.

A escola em análise fica localizada em Montes Claros, Minas Gerais, e atende a população dos bairros Esplanada, Monte Carmelo I e II, Santa Laura e adjacências, cuja comunidade é bastante heterogênea, composta por classe média e classe baixa, que às vezes sofre com a criminalidade sendo uma realidade de toda a cidade.

A entidade mantenedora desta unidade é a Prefeitura Municipal de Montes Claros e a escola é administrada com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. A direção é descentralizada e conta com a participação do Colegiado Escolar. Possui atualmente 20 (vinte) turmas do Ensino Fundamental.

Nosso propósito neste trabalho é chamar a atenção para a influência da família na aprendizagem, daí origina o questionamento. Sendo assim, se pergunta como está a participação da família em nossa escola? Qual o papel dela na Educação? Diante desse questionamento é essencial que os professores entendam o público para o qual prestam serviço e em contrapartida, a família conheça e estabeleça um laço de união para com a escola.

A discussão da participação da família na escola parte de uma visão complexa de onde as múltiplas dimensões, em que o dinamismo, participação e o

contexto, apresentam como características essenciais o desenvolvimento do discente o que gera muita angústia.

Assim, são visíveis as lacunas deixadas quanto às possibilidades de ação entre escola e a família.

Dessa forma, o art. 205 de nossa Constituição Federal de 1988 diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988)

Entende-se o reconhecimento do espaço escolar como lugar essencial de aprendizagem e formação em que se acredita na parceria família-escola.

A ausência familiar como um dos problemas vivenciados na escola, visa essencialmente discutir isso a partir de um lócus, observado no nosso cotidiano.

Para que se faça alcançado nosso objetivo, trata-se de uma constante busca para trabalhar com a compreensão da realidade, permitindo espaços para a reflexão e alteração desse quadro. Dessa forma, se pretende trabalhar com a comunicação e o estreitamento de relações entre escola e família vista a partir de uma dada realidade no cotidiano escolar.

Faz parte de nossos objetivos que atenda aos educandos, oferecer desenvolvimento e ensino de qualidade que propicie a formação plena de cidadão, levando em conta a diversidade dos contextos socioculturais e peculiaridades da comunidade local. Para tanto acreditamos na parceria escola-família, uma vez que a convivência da família no âmbito escolar promove um bom relacionamento contribuindo para o processo ensino aprendizagem. E aí entra a participação da família, da comunidade e da escola, dessa forma:

É preciso pensar junto os problemas de acesso e permanência, com sucesso, dos alunos na escola e ajudar a encontrar soluções que venham a favorecer o conjunto deles, que sejam mais adequados às suas necessidades tão diversas. Não é que se espere que a comunidade ofereça soluções pedagógicas, mas há um nível de decisão mais amplo em que certamente a sua contribuição é imprescindível. (BARRETO, 2009)

Sendo assim, a escola amplia-se. Entende-se que tanto a família, como a escola deve contribuir para o crescimento da criança, preparando-a para os desafios futuros.

Mas, por que insistir na participação das famílias na escola? A escola em que trabalhamos tem desafios e problemas das mais diversas naturezas, desde os mais corriqueiros, como o suprimento de recursos pedagógicos e recursos humanos para o funcionamento das rotinas diárias até a violência que faz parte da realidade da maioria das escolas de nossa cidade.

Acreditamos que com maior participação familiar esse quadro possa mudar, lembrando a importância que a função social que ela exerce é assegurar a permanência na escola com a aquisição de aprendizagens significativas e oportunidades de exercício da cidadania, como respeito ao próximo. A escola que sonhamos, deve ser aquela que a responsabilidade seja compartilhada com as famílias.

Os docentes sabem que o envolvimento da família tem um grande impacto no sucesso escolar dos alunos e, por isso, querem a ajuda dela. Porém reclama que os pais são omissos, colocando neles a culpa por problemas de indisciplina e pelo fracasso dos filhos nos estudos. (SALLA ,2013,p.37)

De acordo com o estudo desse caso, propicia-nos reflexões sobre o compromisso e envolvimento dos pais na vida escolar de seus filhos, na gestão e no cotidiano da escola.

Essa reflexão passa a ser relevante e considerada problema, a partir do momento em que a escola entende a realidade de cada família e por meio de iniciativas passe a frequentar com maior assiduidade esse ambiente escolar interagindo com a gestão escolar.

Para análise do fator ausência das famílias no cotidiano escolar, serão observados os alunos da E.M. Professora Simone Soares, e o envolvimento das famílias para com a escola, com a intenção de apontar diretrizes para possíveis mudanças nesse quadro. Sendo assim, entendemos ser de grande relevância o estudo desses desafios encontrados no núcleo escolar.

O trabalho tem como intuito, debater sobre a importância da presença da família no processo de escolarização das crianças de maneira que favoreça a construção de parceria, no desenvolvimento das ações e propiciar o sucesso escolar e social das crianças atendidas pela escola em estudo. A metodologia utilizada foi baseada a partir de um referencial bibliográfico e observações feitas na Escola Municipal Sebastião Mendes.

Promover uma interação significativa com os pais, os professores, os alunos, visando oportunizar vivências que possibilitem refletir sobre o processo de desenvolvimento destes últimos, para que possam assumir o compromisso com a aprendizagem informal e formal das crianças e adolescentes, colaborando com a construção do futuro, que posteriormente fará impactos positivos em suas vidas

O projeto político pedagógico de uma escola deve ser construído conjuntamente, planejando-se aquilo que se tem intenção de realizar. É lançar-se com base no que se tem, buscando o possível. Nessa perspectiva, o projeto político pedagógico da Escola Municipal Professora Simone Soares vai além de um simples agrupamento de planos e atividades. É um trabalho participativo, democrático de construção conjunta, contando com avaliação e levantamento de metas elaborado por todos.

O PPP tem como base uma gestão participativa. Nesse sentido vale ressaltar o texto “A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da Escola”, de João Ferreira de Oliveira¹ onde destaca:

De modo geral, vale à pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola; o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da autocrítica, pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos

¹ Oliveira, de João Ferreira - A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. Texto 2- Biblioteca do curso: Escola de Gestores 2012.

colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas.

Essa é uma visão que temos em nossa escola. Estudantes com baixo rendimento de aprendizagem e estudantes que vivem em ambientes socioeconômicos vulneráveis com pais que se fazem ausentes. Não é que se espere que os pais ofereçam soluções pedagógicas, mas que haja nível de decisão e influência junto aos filhos de uma forma mais ampla, em que certamente a sua contribuição é de todo imprescindível. A instituição possui muitos alunos indisciplinados, sem limites, por falta de uma família mais presente e atuante.

Diante disso é preciso pensar juntos os problemas de acesso e permanência, atitudes e valores, nesse sentido, temos muito que partilhar.

2. DESENVOLVIMENTO

A escola é um espaço dinâmico e deve ser democrática. Muito ainda se deve caminhar no sentido de estabelecer uma democracia efetiva e o respeito à diversidade e multiplicidade que envolve os indivíduos que compõem a comunidade escolar.

Nos últimos anos é perceptível inúmeras transformações na educação em sua forma de gestão, visando, com vistas, sobretudo ao sucesso de todos aqueles inseridos no processo escolar. Atualmente, as políticas públicas estão organizadas de forma democrática, visando maior participação e responsabilidade daqueles envolvidos, de maneira que, o pensamento coletivo é dominante como prioritário ao fortalecimento da autonomia escolar.

Um instrumento de gestão democrática que faz parte da realidade da Escola Municipal Professora Simone Soares é o Colegiado Escolar, que tem sua representação nos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar e que é o órgão que tem autonomia e condições para deliberar e representar a comunidade escolar nos assuntos e deliberações que interessam a essa comunidade.

Verifica-se que a escola pública, na sua organização interna, tem no colegiado instituído nas Unidades Municipais de Ensino, a finalidade de exercer uma Gestão Participativa, com vistas à melhoria da qualidade do trabalho escolar, um instrumento somador.

Dessa forma, nosso colegiado é formado por membros diretamente escolhidos por cada segmento que compõe à comunidade escolar: representantes dos pais, representantes dos estudantes, representantes dos docentes e representantes do quadro administrativo.

Ao que se refere à democratização do espaço escolar DOURADO (2006, p.7) esclarece:

(...) Nessas novas formas de organização do trabalho escolar, tem havido um esforço conjunto para que seja valorizado a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar (diretor, coordenador, professores, pais, estudantes, funcionários e os demais interessados da escola),

principalmente por meio da construção e efetivação do Projeto Político-Pedagógico e da consolidação de conselhos escolares (...)"

As possibilidades de viabilização do colegiado só podem ser plenamente conhecidas pelos sujeitos do processo. Estes, quando envolvidos com a perspectiva da gestão democrática da escola, são os que têm melhores condições de criar mecanismos para diagnosticar a realidade com a qual lidam, a fim de viabilizar a participação.

Acreditamos ser função do diretor, definir, junto com o colegiado, os horários de funcionamento da escola, bem como coordenar a administração financeira e a contabilidade da escola de acordo com o levantamento das necessidades de recursos para atender à previsão de despesas rotineiras e eventuais escolares.

Mas como se trata de um direito reconhecido, é preciso que ele seja garantido e, para isto, a primeira garantia é que ele esteja inscrito no coração de nossas escolas cercado de todas as condições. Nesse sentido, o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições. (CURY, 2002. p. 245-262)

Também em conjunto, elaborar o orçamento da escola, submetendo-o à aprovação do Colegiado. Providenciar o recebimento de verbas oficiais e orientar a captação de recursos em outras fontes aplicando em tempo hábil, os recursos obtidos, tendo em vista o atendimento às necessidades da escola.

A participação do Caixa Escolar é de suma importância para a garantia de uma gestão financeira transparente dos recursos recebidos pela escola, uma vez que, todos participando e dando sua contribuição, valida as ações tomadas na instituição.

A gestão democrática busca a descentralização, afinal a participação de todos é de suma importância para a sua concretização, com a promoção do envolvimento dos segmentos no espaço escolar e efetivação dos direitos.

Nessa perspectiva o envolvimento da família na escola é entendido como fator primordial para a excelência das ações desenvolvidas no meio escolar.

Entende-se que a escola participativa deve buscar no seu cotidiano, defender os anseios da coletividade e em especial seus discentes, uma vez que, a escola em suas prioridades, deve ser voltada aos princípios e ideias de cidadania, visando o futuro de nossos jovens.

Lembrando que todos têm direito a educação de qualidade, é o que se afirma a legislação educacional brasileira, sabendo que a lei sozinha não muda a realidade, mas indica caminhos, orientando a sociedade para seus direitos e deveres.

Sérgio Haddad², destaca:

Outro aspecto importante e que fundamenta a Educação como um Direito Humano diz respeito ao fato de que o acesso à educação é em si base para a realização dos outros Direitos. Isso quer dizer que o sujeito que passa por processos educativos, em particular pelo sistema escolar, é normalmente um cidadão que tem melhores condições de realizar e defender os outros direitos humanos (saúde, habitação, meio ambiente, participação política etc). A educação é base constitutiva na formação do ser humano, bem como na defesa e constituição dos outros direitos econômicos, sociais e culturais.

Relatado na Constituição Federal são direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, entre outros. Porém, a educação é a base da constituição e de todos esses direitos. Vista como um direito de todos é dever do estado e da família, validar esse direito, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

Acredita-se que ao pensar em educação é entender que essa seja recebida no que diz respeito ao tema da qualidade, seriedade, abrindo um leque para o lazer, a cultura e o trabalho, não sendo tratada apenas como um medidor da evasão e da repetência que é vista muitas das vezes como um diagnóstico de indicadores numéricos de produtividade. Percebe-se que envolver a comunidade escolar é diferencial para a educação de qualidade.

Nesse aspecto vale considerar a fala de Haddad³.

² HADDAD, Sérgio. O direito à educação no Brasil – Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. São Paulo: DHESC-Brasil, 2004.

Pensar a Educação como Direito Humano é reconhecer que a educação escolar implica no envolvimento da escola em toda a ambiência cultural e comunitária em que está inserida. A educação escolar muitas vezes restringe-se aos temas do professor, do currículo, da avaliação, da sala de aula. Essa é uma postura limitante, que nos leva a pensar que a qualidade da educação está restrita apenas aos aspectos relativos à melhoria da capacitação do professor, da produção de materiais, da organização curricular. Outros aspectos devem ser levados em consideração, como o envolvimento da comunidade, as pressões sociais e de natureza cultural.

A educação é um direito público, garantido por lei. Entende-se que o ensino fundamental é obrigatório e gratuito para todas as idades. Sendo assim compete ao poder público recensear os discentes no ensino fundamental, garantindo sua presença com ensino de qualidade. Quanto aos pais ou responsáveis, cabe a responsabilidade em se fazerem parceiros.

Cury ressalta⁴:

Do dever nascem obrigações que devem ser respeitadas tanto da parte de quem tem a responsabilidade de efetivar o direito como o Estado e seus representantes, quanto da parte de outros sujeitos implicados nessas obrigações.

Faz parte de nosso objetivo diário, criar oportunidades para o convívio grupal, recreação e orientação, promover encontros de jovens, gincanas, palestras e oficinas.

Conscientizar a família da importância do seu papel como agente educador base, com responsabilidade, fazendo com que assuntos como as consequências

³ HADDAD, Sérgio. O direito à educação no Brasil – Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. São Paulo: DHESC-Brasil, 2004.

⁴ CURY, Carlos R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002.

dos atos cometidos pelos filhos é constante em nossa escola. São medidas da escola, aplicar as normas regimentais quando houver transgressões e conscientização dos alunos para conservação do patrimônio público e resgatar os valores éticos através de projetos.

Mais do que interesse, os pais têm obrigações. É importante frisar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina ser direito das crianças estudarem e à família cuidar para que a frequência às aulas seja cumprida, sob risco de punição.

O Ministério da Educação (MEC) lançou, em 2008, um manual para incentivar a participação familiar. Recentemente, pais que recebem o Bolsa Família passaram a controlar mais a presença obrigatória das crianças e estas famílias se fazem mais presentes em reuniões escolares. Este tem sido um ponto positivo quanto à frequência, porém ainda há negligência por parte de alguns pais.

Entre os problemas vivenciados no ambiente escolar destacamos aqui o fator desestruturação das famílias. É perceptível no meio escolar esse tipo de problema.

Assim, diante dos problemas, os pais esperam ações dos professores e esses dizem não caber a eles tais tarefas. A escola, por sua vez, deposita nos pais expectativas que eles muitas das vezes não realizam por se fazerem ausentes.

No centro da problemática, encontram os alunos, que, diante do fracasso escolar, transferem o ônus ao professor. Tornando um jogo de transferência de responsabilidade, o que conseqüentemente gera uma série de equívocos e mitos sobre o relacionamento entre a família e a escola, prejudicando o discente, que deveria ser a prioridade de todos. Espera-se que a escola e a família sejam os principais responsáveis pela Educação, com uma parceria estreita.

O que percebemos em muitas das vezes, no entanto, é que a maioria das grandes queixas é a falta de envolvimento dos pais na vida escolar. Em busca de aproximação, vale perguntar aos responsáveis: o que impede ou atrapalha a participação na vida escolar? Que estratégias usam diante das dificuldades dos

filhos? Com base nisso, a escola pode ajudar, adequando os horários de atendimento aos pais ou promovendo discussões sobre o trabalho pedagógico.

Assim as reuniões passam a ser momentos de explicar o planejamento pedagógico, as ações já realizadas e a evolução do aprendizado das crianças e não necessariamente para mostrar as notas. Oportunidade para interagirem no universo escolar de seus filhos, assim os pais passam a entender o que os filhos sabem e o que não sabem e entender que o comportamento dos estudantes não está ligado diretamente ao aprendizado, mas é visto como obstáculo ao ensino.

Para contornar problemas de comportamento, a escola chama o comparecimento familiar sempre que necessário, para que não trilhem caminhos distintos, por vezes equivocados, de acordo, assim surgira a oportunidade de estabelecer práticas comuns - o que pode ser articulado num encontro entre coordenação pedagógica, docentes e familiares, muitas das vezes fora da reunião de pais.

Com o intuito de aproximar a família, está sendo convocada a participar mais para envolvê-los na rotina escolar. A mudança partirá através das teorias pedagógicas centradas nos alunos, que passarão a levar em consideração o que ocorre com a criança fora do contexto escolar.

É visível que a gestão participativa não concebe mais sua atuação desvinculada da família. Nesse sentido torna-se importante conhecer os pais, onde e como vivem e identificar os saberes que vêm de casa, não deixando com que a escola abdique do seu papel: o trabalho formal e sistemático com o conhecimento.

Diante dessas estratégias acreditamos ser possível o estreitamento de relações entre escola família, levando sempre em consideração a educação de qualidade, mas tendo em mente que a dinâmica familiar mudou muito, abrindo mais espaço para a expressão pessoal e para a autonomia de cada membro, além do modelo de família contemporânea de diversas configurações familiares.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que a escola deve ser um espaço de aprendizagem e de convivência, onde esperamos que trocas, interações, criações, recriações, sejam práticas comuns do dia-a-dia em que família e a instituição possam caminhar juntas.

Imbuídos nessa visão, as instituições escolares e comunidade escolar precisam dialogar e fazer parcerias, organizar grupos de estudos para que, juntas, construam o significado de suas práticas para o melhor convívio e que as teorias presentes a partir dessa interação, não fique só no diálogo, mas também sejam absorvidas na realidade escolar.

Buscou-se com esse trabalho abordar as inquietudes conscientes entre a equipe escolar e a família, com a finalidade de se fazer o maior envolvimento no processo de inclusão e de aprendizagem, sabendo ambas a importância de se conhecer, respeitar e aceitar essa parceria como meio imprescindível de aprendizagem e de interação.

Este trabalho produz bom resultado, pois à medida que se faz conhecer com mais precisão a realidade da escola, a participação da família, a reação da gestão em relação ao problema levantado, tem-se clareza do ponto de partida para as possíveis mudanças entre os problemas importantes diagnosticados a partir da situação vivenciada no cotidiano escolar.

Enfatiza-se que todas essas observações podem contribuir positivamente para o aprimoramento da educação tornando-a eficiente, participativa, descentralizadora, promovendo o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

Pensando na escola que queremos, e nos objetivos do início do trabalho com análise e discussão da problemática, trabalharemos na perspectiva de criar um espaço com um clima de convivência democrática, onde as diferenças sejam respeitadas, onde se privilegiem as ações coletivas com objetivos humanos e sociais, estabelecendo vínculos afetivos, fortalecendo a autoestima e ampliando as

possibilidades de comunicação e interação social além de buscar o envolvimento da família sempre.

Quando abordamos aqui a influência da família no processo de aprendizagem da criança tivemos a sensação de que são estanques ambas as instituições, como se o papel de uma não estivesse intimamente ligado à outra. Educar é um processo global é pensarmos em educar para a vida. Concluimos que educar para a gestão democrática é sim tarefa de ambas, escola e família, lembrando que a família precisa perceber que a escola é, verdadeiramente, parceira espetacular em se tratando de agir conscientemente em favor do educar.

4. REFERÊNCIAS

BARRETO, Elba Siqueira. A participação na escola Contribuições para melhoria da qualidade da educação. Biblioteca escola de Gestores.

CURY, Carlos R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002, p. 245-262.

DOURADO, Luiz Fernandes; **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2006,p.7.

HADDAD, Sérgio. O direito à educação no Brasil – Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. São Paulo: DHESC-Brasil, 2004.

OLIVEIRA, João Ferreira de ET AL: Gestão Financeira descentralizada: planejamento, aplicação e acompanhamento de recursos. Disponível em [Hhp://moodle3.mec.gov.br/UFMG/mod/](http://moodle3.mec.gov.br/UFMG/mod/). Escola de Gestores.

Revista Nova Escola, junho/julho. 2013. p.37.Todos Juntos.Fernanda Salla.

_____ O Financiamento da Educação Básica: Limites e possibilidades. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod>. Acesso em: 18-08-13.

ANEXO



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSORA SIMONE SOARES

ELZA CLEMENTINA LOPES GOMES
JANETE DE OLIVEIRA SANTANA
SIMONE APARECIDA LOPES SANTOS

BELO HORIZONTE

2013

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSORA SIMONE SOARES

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da professora Giselle Cristina Rodrigues Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1- FINALIDADE DA ESCOLA.....	04
2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	06
2.1- Estrutura Organizacional Administrativa.....	06
2.2- Estrutura Organizacional Pedagógica.....	07
3- CURRÍCULO.....	08
4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	10
5- PROCESSOS DE DECISÃO.....	12
6- RELAÇÕES DE TRABALHO.....	15
8- AVALIAÇÃO.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS	30

I - INTRODUÇÃO

O projeto político pedagógico de uma escola deve ser construído conjuntamente, planejando-se aquilo que se tem intenção de realizar. É lançar-se com base no que se tem, buscando o possível. Segundo GADOTTI (1994)⁵, “todo projeto supõe rupturas com presente e promessas para o futuro”. Nessa perspectiva, o projeto político pedagógico da Escola Municipal Professora Simone Soares vai além de um simples agrupamento de planos e atividades. É um trabalho participativo, democrático de construção conjunta, contando com avaliação e levantamento de metas elaborado por todos. Como nos adverte Janete Maria Lins de Azevedo⁶,

o processo de construção e implementação do projeto político-pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola e à sua cultura, manifestas nos ritos e práticas dantes mencionados e na consideração da origem dos mesmos.

O objetivo da elaboração de uma proposta pedagógica é permitir que a escola seja uma escola eficaz. Há varias razões para que todos sejam envolvidos nesta construção das propostas. A administração, as decisões, as ações devem ser elaboradas e executadas de forma não hierarquizada. Para que a proposta funcione é preciso que todos a entendam e colaborem na sua implementação. Qualquer

⁵ GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. Cadernos Educação Básica - O Projeto Pedagógico da Escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994.P.63.

⁶ A Produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPEd. - AGUIAR, Márcia Ângela. AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Biblioteca do curso: Escola de Gestores 2012.

decisão e ação tomada ou implantada na escola devem ser do conhecimento de todos.

A Escola Municipal Professora Simone Soares iniciou suas atividades em agosto de 2000, funcionando como anexo da Escola Municipal Geraldo Pereira de Souza, com três turmas de Ensino Infantil, no turno Vespertino e com duas Turmas do Projeto de Educação de Jovens e Adultos no noturno. A escola foi então criada visando atender à demanda da comunidade do bairro Esplanada e adjacências. Em outubro de 2000 foi realizada reunião com a Secretaria Municipal de Educação (SME), que oportunizou a comunidade à escolha do nome desta unidade de ensino, que unanimemente optou por denominá-la “Professora Simone Soares”, em homenagem à Simone Soares, professora, líder comunitária neste bairro, onde seus familiares residem. Esta nasceu aos 28/12/1971 e faleceu em 23/06/1994, quando retornava do serviço, em um acidente automobilístico.

A escola funcionou durante os anos de 2001 a abril de 2003 sob autorização da 22ª Superintendência da Educação, autorizada pela portaria nº. 326/2003 MG 09/04/2003, pág. 10-MG, situada a Rua Espírito Santo, nº: 811, no bairro Esplanada em Montes Claros, MG. A estrutura física é composta de 10 (dez) salas de aula, 01 (uma) biblioteca, 01 (um) refeitório, cantina, depósito de merenda, depósito de produtos de limpeza, sala de direção, sala de professores, sala de supervisão, sala de secretaria, sala de recepção, laboratório de informática, 04 (quatro) banheiros, 01 (um) consultório odontológico, área coberta e quadra esportiva. . Para melhor atendimento ao público contamos com o telefone: 3229-3530 e o e-mail: empss.sme@gmail.com.

II-FINALIDADES DA ESCOLA

É finalidade da escola, garantir aos seus alunos meios para que os mesmos possam aprender ler, escrever e apropriar do sistema numérico com vista à prática social e vivenciar valores que garantam um convívio saudável de interação e

solidariedade com o próximo, como também desenvolver a criatividade e sensibilidade para apreciação do belo. Ainda atender aos discentes oferecendo desenvolvimento e ensino de qualidade que propicie a formação plena do cidadão, levando em conta a diversidade dos contextos socioculturais e peculiaridades da comunidade local. Lembrando que o aluno que devemos formar é o jovem que vive em tempos de avanços acelerados do conhecimento e da tecnologia, numa sociedade globalizada, informatizada. Sendo assim, devemos fornecer aos estudantes ambiente norteador que propicie condições favoráveis para que desenvolvam com eficiência o processo de ensino, garantindo real aprendizagem adequando as novas tecnologias. Para tanto contamos com um moderno laboratório de informática e internet acessível a todos discente e docente.

Pensando na escola que queremos, trabalhamos na perspectiva de criar um espaço com clima de convivência democrática, onde as diferenças sejam respeitadas, onde se privilegiem as ações coletivas com objetivos humanos e sociais, estabelecer vínculos afetivos fortalecendo a autoestima e ampliando as possibilidades de comunicação e interação social além de buscar o envolvimento da família.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/94), a elaboração e execução de uma proposta pedagógica são a primeira e principal das atribuições da escola, devendo sua gestão orientar-se para tal fim. Isto porque desta definição dependem de muitas outras. Entendemos o projeto político pedagógico (PPP) na escola como necessário, independentemente de qualquer decisão política ou exigência legal, pois a proposta pedagógica é o norte da escola, definindo caminhos que uma determinada comunidade busca para si e para quem se agrega em seu entorno. E todo esse trabalho é realizado em consonância a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, (LDB 9394/96) tendo em vista o currículo, a realidade cultural e social da nossa comunidade, nossa parceira constante para efetivação de nossa proposta de trabalho.

III- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A escola Municipal Professora Simone Soares fica localizada à Rua Hermenegildo Soares Malaquias, nº. 811- Bairro Esplanada, em Montes Claros, Minas Gerais, e atende à população dos bairros Esplanada, Monte Carmelo I e II, Santa Laura e adjacências, cuja comunidade é bastante heterogênea, composta por classe média/ média e classe média baixa, que às vezes sofre com a criminalidade é uma realidade de toda a cidade.

2.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A entidade mantenedora desta unidade é a Prefeitura Municipal de Montes Claros e a escola é administrada com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE sob o Sistema Municipal de Educação. A direção é descentralizada e conta com a participação do Colegiado Escolar. Possui atualmente 20 (vinte) turmas do Ensino Fundamental, sendo que 04 (quatro) turmas do 1º Ano de escolaridade, 04 (quatro) turmas do 2º Ano de escolaridade, 04 (quatro) turmas do 3º Ano de Escolaridade, 04 (quatro) turmas do 4º Ano de Escolaridade e 04 (quatro) turmas do 5º Ano de Escolaridade. A escola possui sede própria, em excelente estado de conservação e todas as suas dependências são utilizadas. Divide-se em dois pavimentos, um onde está localizada a secretaria, a direção, a vice-direção, o serviço pedagógico, a sala de professores, a cantina, a dispensa e o pátio, onde realizamos atividades cívicas e culturais. Conta também com o consultório odontológico, biblioteca e quadra de esportes coberta. As salas de aula totalizam-se em 10, que funcionam nos dois turnos e possuem em média 25 alunos por turma. Possuindo também 04 (quatro) banheiros, dois para os alunos e dois para os funcionários, com um total de 12 (doze) sanitários.

Os horários de funcionamento são: Turno Matutino: 07h00min às 11h19min e Turno Vespertino: 13h00min às 17h19min. O horário do recreio, tanto no turno matutino como no vespertino, é dividido em dois horários. No turno matutino o primeiro horário recreativo acontece de 09h00min as 09h15min e o segundo horário de 09h20min as 09h35min, no turno vespertino

o primeiro horário de 15h00min às 15h15min e o segundo horário de 15h20min as 15h35min.

O quadro da escola é definido em função do número de turmas e de alunos. Contamos com 20 turmas e 430 alunos distribuídos em 02 turnos. Respeitando a legislação vigente, o setor administrativo fica definido atualmente da seguinte forma:

- a) Diretor (01)
- b) Vice-Diretor (01)
- c) Secretário (01)
- d) Auxiliares de Secretaria (02) e Professor eventual (02)
- f) Supervisor Ensino (02)
- g) Serventes de Zeladoria (05)
- h) Professores – PEF $\frac{1}{4}$ 24(vinte e quatro)

2.2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

No geral, os alunos apresentam bom desempenho, conforme resultados apresentados nas reuniões de Conselho de Classe e avaliações externas das quais participou, e alguns alunos apresentam problemas de indisciplina, falta de assistência familiar e, conseqüentemente, de aprendizagem. A Escola Municipal Professora Simone Soares, administrativamente tem investido na autonomia e na gestão democrática. Com as mudanças ocorridas na educação nos últimos anos, a escola tem vivenciado conflitos e desenvolvido com isso uma profunda reflexão, na busca de uma prática mais eficaz, que venha atender as múltiplas necessidades da comunidade escolar, necessidades essas advindas de questões mais amplas que a sociedade enfrenta num contexto político, social, econômico.

A área administrativa em consonância com a pedagógica deve estar atrelada a competência técnica, política e humana; pois é esse tripé de competências que subsidiam uma escola democrática e inclusiva. Democracia não significa cada um fazer o que lhe convém, mas sim uma ação coletiva, onde existe um líder, mas todos têm voz e o consenso deve ser respeitado. O Ensino Fundamental se dá no desdobramento em ciclos de formação humana, da seguinte forma:

I – Ciclo inicial de alfabetização com duração de 03 (três) anos que compreende:

- a) 1º Ano – destinado aos alunos de 06 (seis) anos até 31 de março.
- b) 2º Ano – destinado aos alunos de 07 (sete) anos;
- c) 3º Ano – destinado aos alunos de 08 (oito) anos.

II – Ciclo Complementar de alfabetização com duração de **02 (dois) anos** que compreende:

- a) 4º Ano – destinado aos alunos de 09 (nove) anos;
- B) 5º Ano – destinado aos alunos de 10 (dez) anos.

IV- CURRÍCULO

Na educação básica, a carga horária anual mínima será de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos. Assim a educação Fundamental 866 horas 40 minutos para os anos iniciais nas escolas onde há professor especializado de Educação Física e carga horária diária de 04 (quatro) horas de trabalho docente, excluindo o tempo destinado a recreio. Realização de projetos pedagógicos, como de literatura e de intervenção faz a diferença na nossa qualidade de ensino. Quanto a freqüência esta deverá ser registrada no diário de classe do professor, diariamente, verificando-se a carga horária e o número de dias letivos, no cumprimento dos dispositivos da legislação vigente. Se constatada a infreqüência, esta informação deverá ser comunicada a direção e ao serviço pedagógico da escola para que possam tomar as providências necessárias como visitar as residências, comunicar ao programa de controle à evasão e freqüência

escolar e ao conselho tutelar. O aluno considerado reprovado por frequência, ou seja, com menos de 75% de presença, terá direito à reclassificação, através de uma

avaliação realizada pela Comissão Especial, desde que tenha desempenho satisfatório em todos os conteúdos, se aprovado, poderá prosseguir os estudos. O discente que abandonou a escola, ao retornar, deve ter um acompanhamento diferenciado para fins de ajustamento pedagógico, com atividades e monitoramento extra turno. Considera-se abandono o aluno faltoso, por mais de 50 (cinquenta) dias letivos consecutivos ou alternados ao final do ano letivo; Diante de situações de infrequencia, falta de comprometimento com as tarefas escolares indisciplina na sala de aula, a escola convocará os pais e/ou responsáveis para comunicar o ocorrido. Uma vez sendo reincidentes, os mesmos deverão assinar o Termo de Responsabilidade elaborado pela Escola.

Como meio de promoção os alunos deverão ser avaliados em cada conteúdo e ao longo do processo com apresentação periódica de resultados, de modo a permitir, ao final de cada ano letivo, a apreciação do seu desempenho pelo Conselho de Classe. Para a conclusão de cada ano de escolaridade, o aluno deverá ter alcançado o nível de aprendizagem e verificado através de avaliações feitas pelos professores ao longo do último ano letivo. No Ensino Fundamental (anos finais), o aluno será considerado aprovado se obtiver aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos em cada conteúdo e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivos.

Os currículos do Ensino Fundamental, bem como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e Matriz Curricular do Município tem uma base nacional comum, complementada com uma parte diversificada. Sendo assim faz parte de nosso currículo o ensino da arte de forma a promover o desenvolvimento cultural dos (as) estudantes, a educação física integrada à proposta pedagógica da escola, ajustada às condições da população escolar, o ensino da história do Brasil, incluindo as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia; O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos

horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo, sendo assim buscamos a colaboração da igreja católica e outras como parceiras no que se refere a ministrar palestras.

4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Como filosofia de trabalho na nossa instituição de ensino, procuramos buscar, partindo de uma ação intencional e planejada, promover uma interlocução entre a realidade social e as atividades escolares que possibilitem a construção de alternativas de mudança e intervenção nessa realidade. Torna-se indispensável, para a construção da autonomia do aluno, a intervenção do professor como orientador e problematizador nas situações de aprendizagem. Procuramos desenvolver o nosso trabalho na perspectiva de que o sujeito constrói o seu conhecimento na relação com o outro, pautando-nos pelos princípios de igualdade de condições para acesso e permanência do educando no processo educativo organizando as possibilidades de aprendizagem para todos. Para tanto, entendemos que a gestão democrática pautada no exercício democrático da crítica e do diálogo, através da atuação coletiva de todos os sujeitos envolvidos na prática educativa seja fortalecida quando a liberdade e autonomia que constituem a própria natureza do ato pedagógico na busca de formas adequadas de desenvolvimento do trabalho pedagógico: trata-se da organização dos meios (conteúdos, espaço, tempo e procedimentos).

A definição de tempo e de espaço se dá através de oficinas pedagógicas, grupos de estudo, troca de experiências e/ou práticas pedagógicas. A concretização dessa liberdade e da autonomia em sala de aula se dá através de atividades que permitam ao aluno posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar de projetos coletivos, terem discernimento, organizar-se em funções de metas. A seleção das estratégias de trabalho leva em conta a concepção pedagógica, os princípios e os objetivos que norteiam o trabalho pedagógico da instituição de ensino. Considerando que todos os alunos são capazes de aprender, cada um no seu próprio tempo e a partir de pontos diferentes, desde que lhe sejam dadas as condições para que isso ocorra.

Assim, a seleção de material adequado e diversificado, a organização da sala de aula, considerações de experiências e vivências do cotidiano do aluno como ponto de partida para as novas aprendizagens escolares, organização do trabalho escolar em torno de atividades que proporcionem o prazer de conhecer, o desejo de descobrir e de fazer e que estimulem o aprender a aprender e o trabalho diversificado utilizando variedade de exercícios, atividades, tarefa extraclasse, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos de trabalho são estratégias de trabalho usado em nossa escola.

Levando em consideração o plano de trabalho do professor que deve possibilitar a flexibilidade de acordo com as necessidades de cada turma e a organização de aprendizagens previstas para cada ano de escolaridade incluímos e a realização do Conselho de Classe que consta do estudo e análise de questões inerentes a cada turma, explicitando as dificuldades no que se refere aos conteúdos, metodologia, práticas avaliativas e processo de recuperação de estudos, enquanto direito do aluno atingir a apropriação dos conteúdos além da realização de reunião de pais/responsáveis, reuniões de planejamento e projetos de intervenção pedagógica para os alunos que apresentarem defasagem de aprendizagem. A escola é também espaço de criatividade, iniciativa e experimentação que pode ser desenvolvida durante a construção, a implementação, acompanhamento e a avaliação de sua proposta pedagógica. Considerando o aperfeiçoamento do profissional dos funcionários, a escola também tem seus momentos de estudos, planejamento e interação entre docentes, supervisores e direção, que acontece na própria escola em dias alternados do mês, momentos em que se busca fazer destes encontros um momento prazeroso de troca de experiências.

Ao que se refere ao uso dos espaços da escola bem como pátio, quadra, biblioteca, refeitório, laboratório de informática; esses são usados pelos funcionários e alunos para apresentações, estudos, eventos, uma vez que a comunidade também goza dos mesmos, em horários alternativos.

5- PROCESSOS DE DECISÃO

Pensando na organização da escola e em oferecer melhor educação, nós propomos dedicar a constituir instrumentos de democratização. Assim nos apropriamos da fala de Ângelo Ricardo Souza.⁷

Logo precisamos, mesmo que do ponto de vista apenas metodológico, apresentar a idéia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Entendemos que a escola pública, na sua organização interna tenha no colegiado instituído nas Unidades Municipais de Ensino, com a finalidade de exercer uma Gestão Participativa, com vistas à melhoria da qualidade do trabalho escolar um instrumento somador. Organizar um colegiado para a gestão da escola é algo desafiador. No dia-a-dia, muitas vezes nos deparamos com a ausência de participação, com o desinteresse com a dificuldade de lidar com questões de difícil solução. Desta forma, através do Colegiado a Escola tem condições de contar com a participação de todos os segmentos para resolução dos seus problemas.

As possibilidades de viabilização do colegiado só podem ser plenamente conhecidas pelos sujeitos do processo. Estes, quando envolvidos com a perspectiva da gestão democrática da escola, são os que têm melhores condições de criar mecanismos para diagnosticar a realidade com a qual lidam a fim de viabilizar a participação. Nosso colegiado pretende ser um espaço que se constrói e que

cresce com o desenvolvimento da capacidade de ouvir e dialogar. Partindo da realidade em que estamos inseridos precisamos ter as necessidades específicas diagnosticada, viabilizando a ampliação dos mecanismos de participação.

É previsto no Calendário Escolar 02 (duas) Assembléias durante o ano letivo e as reuniões acontecem **sempre**

⁷ Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. SOUZA, Ângelo Ricardo de et al. SOUZA, Ângelo Ricardo de et AL . Biblioteca do curso: Escola de Gestores 2012.

que há necessidades. É formado por representantes da comunidade escolar, periodicamente eleitos, pelo prazo de dois anos. Cada membro tem garantido o direito de manifestar sua opinião e a de refletir a linha de pensamento no segmento que representar.

A Secretaria Municipal de Educação estabelece normas complementares para a instituição e funcionamento do Colegiado nas Unidades Municipais de Ensino. ⁸Pensando na gestão democrática consideramos como ser função específica do diretor ser o articulador político, pedagógico e administrativo da escola, com atribuições e deveres de administrar o patrimônio da Escola; que compreende as instalações físicas, os equipamentos e materiais, manter atualizado o inventário dos materiais e bens existente na escola, zelar pela adequada utilização e preservação dos bens móveis da escola. Racionalizar o uso dos bens e materiais de consumo da escola, tomar providências necessárias à manutenção, conservação e reforma do prédio, dos equipamentos e mobiliário da escola, definir, junto com o colegiado, os horários de funcionamento da escola, bem como coordenar a

⁸ Resolve:

Art. 1º – O Colegiado Escolar é órgão representativo da comunidade nas escolas municipais de educação básica e tem, respeitadas as normas legais vigentes, função deliberativa, consultiva, de monitoramento e avaliação nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira.

§ 1º - As funções deliberativas referem-se à tomada de decisão quanto às diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras, previstas no Projeto Político Pedagógico da escola.

§ 2º As funções consultivas refere-se à análise de questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, emitindo pareceres propondo alternativas.

§ 3º As funções de monitoramento e avaliação referem-se ao acompanhamento da execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras e à avaliação de cumprimento das normas da escola e seu Projeto Político Pedagógico.

Art. 2º - O Colegiado será composto pelo Diretor das Unidades Municipais que o presidirá e por representantes dos seguintes segmentos:

I – Categorias profissionais em exercícios na escola, constituída pelos segmentos:

- a) professor regente de turmas e aulas;
- b) especialista em educação básica, professor fora da regência e demais servidores da escola.

II – Categoria comunidade atendida pela escola, constituída pelos segmentos:

- a) aluno regularmente matriculado e freqüente com idade mínima de 16 (dezesesseis) anos;
- b) pais ou responsáveis por aluno regularmente matriculado e freqüente nas modalidades de ensino.

§ 1º Além do Diretor da escola o colegiado terá no mínimo 04 (quatro) e no máximo 12(doze) componentes.

§ 2º Na representação dos segmentos deverá ser garantida a proporcionalidade.

- a) 50% para professores, supervisores e funcionários;
- b) 50% para aqueles mencionados no inciso II.

administração financeira e a contabilidade da escola de acordo com o levantamento das necessidades de recursos para atender à previsão de despesas rotineiras e eventuais. Também em conjunto elaborar o orçamento da escola, submetendo-o à aprovação do Colegiado. Providenciar o recebimento de verbas oficiais e orientar a captação de recursos em outras fontes aplicando em tempo hábil, os recursos obtidos, tendo em vista o atendimento às necessidades da escola.

No que se refere ao processo de decisão, faz parte das competências do gestor promover avaliação de desempenho dos profissionais da escola, determinar medidas necessárias ao ingresso, à movimentação e ao processamento de benefícios, direitos e vantagens dos servidores da escola, definir o quadro de distribuição de tarefas, favorecer a gestão participativa da escola, participar do levantamento de necessidades de capacitação do pessoal da escola, encaminhar demanda de cursos aos órgãos competentes, quando necessário, orientar o funcionamento da secretaria da escola, participar do atendimento escolar no município, representar a escola junto aos demais órgãos e agências sociais do município, coordenar a elaboração, implementação e avaliação do plano de desenvolvimento da escola.

Assim na perspectiva do texto “A Qualidade da Educação: Conceitos e Definições”, Luiz Fernandes Dourado destaca⁹:

Tão importante quanto os aspectos objetivos são as características da gestão financeira, administrativa e pedagógica, os juízos de valor, as propriedades que explicitam a natureza do trabalho escolar, bem como a visão dos agentes escolares e da comunidade sobre o papel e as finalidades da escola e do trabalho nela desenvolvido.

Na nossa instituição de ensino, procuramos buscar, partindo de uma ação intencional e planejada, promover uma interlocução entre a realidade social e as atividades escolares que possibilitem a construção de alternativas de mudança e intervenção nessa realidade. Torna-se indispensável, para a construção da

⁹ **A qualidade da educação: conceitos e definições**- DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. SOUZA, Biblioteca do curso: Escola de Gestores 2012.

autonomia do aluno, a intervenção do professor como orientador e problematizador nas situações de aprendizagem. Dentro deste contexto, garantir aos nossos alunos meios para que os mesmos possam aprender ler, escrever e apropriar do sistema numérico com vista à prática social e vivenciar valores que garantam um convívio saudável de interação e solidariedade com o próximo, como também desenvolver a criatividade e sensibilidade para apreciação do belo. Acreditamos que esta é a missão da escola.

6- RELAÇÕES DE TRABALHO

Na perspectiva de fazer da escola um local prazeroso e de sucesso o serviço pedagógico, corpo docente e direção trabalham juntos no sentido de montar um plano de metas e objetivos que visa atender as demandas e sanar as dificuldades das aprendizagens. Aplicar metodologias atrativas e eficazes, elaborar projetos com enfoque formativo, oportunizando o crescimento pessoal, proporcionar convívio grupal, promover encontros de jovens, gincanas, palestras e oficinas são oportunidades criadas para fazer desse ambiente à escola que queremos. Faz parte de nosso objetivo diário criar oportunidades para o convívio grupal, recreação e orientação, promover encontros de jovens, gincanas, palestras e oficinas. Conscientizar a família da importância do seu papel como agente educador base, com responsabilidade, fazendo com que assunta as conseqüências dos atos cometidos pelos seus filhos é constante em nossa escola. São medidas da escola aplicar as normas regimentais, quando houver transgressões e conscientização dos alunos para conservar o patrimônio público e resgatar os valores éticos através de projetos. De acordo com a pesquisadora Janete Maria Lins de Azevedo¹⁰, a qual destaca a participação da escola e comunidade buscando desempenhar papéis e funções juntos visando sempre o melhor aprendizado de nossos discentes. Neste sentido:

¹⁰ A Produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPEd.- AGUIAR, Márcia Ângela. AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Biblioteca do curso: Escola de Gestores 2012.

Mas é preciso considerar que, na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidos pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis e funções distintos: grupo de gestores, professores, alunos, funcionários, pais, comunidade. De um lado, esses ritos e práticas possuem uma direta vinculação com a história da escola, com as características da comunidade em que se insere, com as formas de percepção da realidade dos que a fazem e das relações que estabelecem entre si. De outro lado, é a institucionalização daquelas práticas que torna a escola uma instituição social, forjando as regras pelas quais ela exerce os seus papéis fundamentais: criação e transmissão de saberes, socialização dos futuros cidadãos, desenvolvimento de competências profissionais, tudo de acordo com seus limites e possibilidades.

Neste contexto o projeto político pedagógico de uma escola deve ser construído conjuntamente, planejando-se aquilo que se tem intenção de realizar. É lançar-se com base no que se tem, buscando o possível. Segundo GADOTTI (1994), “todo projeto supõe rupturas com presente e promessas para o futuro. Nessa perspectiva, o projeto político pedagógico da Escola Municipal Professora Simone Soares vai além de um simples agrupamento de planos e atividades. É um trabalho participativo, democrático de construção conjunta, contando com avaliação e levantamento de metas elaborado por todos. Nosso PPP tem como base uma gestão participativa. Nesse sentido vale ressaltar o texto “A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da Escola”, de João Ferreira de Oliveira¹¹ onde destaca:

De modo geral, vale à pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola; o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da autocrítica, pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos Mas é preciso considerar que, na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidos pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis e funções distintos: grupo de

¹¹ Oliveira, de João Ferreira - A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. Texto 2- Biblioteca do curso: Escola de Gestores 2012.

gestores, professores, alunos, funcionários, pais, comunidade. De um lado, esses ritos e práticas possuem uma direta vinculação com a história da escola, com as características da comunidade em que se insere, com as formas de percepção da realidade dos que a fazem e das relações que estabelecem entre si. De outro lado, é a institucionalização daquelas práticas que torna a escola uma instituição social, forjando as regras pelas quais ela exerce os seus papéis fundamentais: criação e transmissão de saberes, socialização dos futuros cidadãos, desenvolvimento de competências profissionais, tudo de acordo com seus limites e possibilidades.

Neste contexto o projeto político pedagógico de uma escola deve ser construído conjuntamente, planejando-se aquilo que se tem intenção de realizar. É lançar-se com base no que se tem, buscando o possível. Segundo GADOTTI (1994), “todo projeto supõe rupturas com presente e promessas para o futuro. Nessa perspectiva, o projeto político pedagógico da Escola Municipal Professora Simone Soares vai além de um simples agrupamento de planos e atividades. É um trabalho participativo, democrático de construção conjunta, contando com avaliação e levantamento de metas elaborado por todos. Nosso PPP tem como base uma gestão participativa. Nesse sentido vale ressaltar o texto “A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da Escola”, de João Ferreira de Oliveira¹² onde destaca:

De modo geral, vale à pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola; o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da autocrítica, pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos Mas é preciso considerar que, na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidos pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis e funções distintos: grupo de gestores, professores, alunos, funcionários, pais, comunidade. De um lado, esses ritos e práticas possuem uma direta vinculação com a história da escola, com as características da comunidade em que se

¹² Oliveira, de João Ferreira - A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. Texto 2- Biblioteca do curso: Escola de Gestores 2012.

insere, com as formas de percepção da realidade dos que a fazem e das relações que estabelecem entre si. De outro lado, é a institucionalização daquelas práticas que torna a escola uma instituição social, forjando as regras pelas quais ela exerce os seus papéis fundamentais: criação e transmissão de saberes, socialização dos futuros cidadãos, desenvolvimento de competências profissionais, tudo de acordo com seus limites e possibilidades.

Neste contexto o projeto político pedagógico de uma escola deve ser construído conjuntamente, planejando-se aquilo que se tem intenção de realizar. É lançar-se com base no que se tem, buscando o possível. Segundo GADOTTI (1994), “todo projeto supõe rupturas com presente e promessas para o futuro. Nessa perspectiva, o projeto político pedagógico da Escola Municipal Professora Simone Soares vai além de um simples agrupamento de planos e atividades. É um trabalho participativo, democrático de construção conjunta, contando com avaliação e levantamento de metas elaborado por todos. Nosso PPP tem como base uma gestão participativa. Nesse sentido vale ressaltar o texto “A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da Escola”, de João Ferreira de Oliveira¹³ onde destaca:

De modo geral, vale à pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola; o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da autocrítica, pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas.

VIII - AVALIAÇÃO

O momento de avaliar deverá ser aquele capaz de trazer importantes reflexões que façam emergir práticas cada vez mais consistentes e adequadas ao projeto educativo.

¹³ Oliveira, de João Ferreira - A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. Texto 2- Biblioteca do curso: Escola de Gestores 2012.

“O crescimento profissional do professor depende de sua habilidade em garantir evidências de avaliação, informações e materiais, a fim de constantemente melhorar seu ensino e a aprendizagem do aluno. Ainda, a avaliação pode servir como meio de controle de qualidade, para assegurar que cada ciclo novo de ensino-aprendizagem alcance resultados tão bons ou melhores que os anteriores¹⁴.”

O processo de avaliação deve ser formativo, contínuo, criterioso e intencional nos aspectos quantitativos e qualitativos. Utilizamos a avaliação com as funções de fornecer as bases para planejamento, possibilitar a seleção e a classificação de pessoal (professores, especialistas, etc.), ajustar políticas e práticas curriculares com o intuito de facilitar o diagnóstico, melhorar a aprendizagem e o ensino, estabelecer situações individuais de aprendizagem, interpretar os resultados, promover e agrupar os alunos (classificação). Busca-se, com a avaliação diagnóstica, investigar os conhecimentos que o aluno traz para a sala de aula, identificar, discriminar, caracterizar as causas determinantes das dificuldades de aprendizagem, buscando superá-las e obter informações sobre o rendimento dos alunos. Uma avaliação diagnóstica segura possibilita retomada dos objetivos não atingidos, elaboração de diferentes estratégias de reforço (feedback), levantamento de situações alternativas em termos de tempo e espaço para que os alunos alcancem os objetivos almejados.

A avaliação é participativa na medida em que permite a utilização da auto-avaliação, que está presente como um instrumento rico, para auxiliar o aluno a reconstruir o seu processo de aprendizagem e desenvolver a autonomia necessária para que ele se torne sujeito da sua aprendizagem. Esta habilidade ajudará o aluno a desenvolver a metacognição (refletir e operar sobre a própria aprendizagem: aprender a aprender). Alunos e professores são convidados a se auto-avaliarem, para que os mesmos possam adotar novas

¹⁴Bloom, B., Hastings e Madaus(1971). Manual de avaliação Formativa e Sumativa do Aprendizado Escolar. S. Paulo: Livraria Pioneira Editora. P. 85.

posturas frente aos resultados obtidos. O diagnóstico se constitui por uma sondagem, projeção e retrospectiva da situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu. É uma etapa do processo educacional que tem por objetivo verificar em que medida os conhecimentos anteriores ocorreram e o que se faz necessário planejar para sanar as dificuldades encontradas. Alunos e professores, a partir da avaliação diagnóstica de forma integrada, reajustarão seus planos de ação.

Para acompanhamento do trabalho pedagógico do Ciclo Inicial de Alfabetização e Ciclo Complementar de Alfabetização utilizaremos a fichas de leitura, interpretação e produção escrita e a nomenclatura: S- Sim N-Não CD – Com dificuldade

Para outras habilidades utilizamos a nomenclatura:

D (desenvolveu), **DP** (desenvolveu parcialmente), **ND** (não desenvolveu).

Considera-se aprovado o aluno que obtiver 60% de aproveitamento ao final do último ano:

- ✧ Do Ciclo Inicial de Alfabetização;
- ✧ Do Ciclo Complementar de Alfabetização;

A avaliação da aprendizagem do aluno com deficiência, transtornos globais e altas habilidades / superdotação deverá ser acrescida do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Avaliar consiste em diagnosticar a situação real de aprendizagem do aluno e relacionar os indicadores de desempenho, definidos pela escola em sua proposta pedagógica. Assim Phillippe Perrenoud,¹⁵ descreve avaliação.

¹⁵ PERRENOUD, Ph. (1999). Avaliação. Da Experiência à Regulação das Aprendizagens. Porto Alegre: Artmed Editora. De Boeck, 1998. P. 38.

A avaliação é entendida como fonte principal de informação e referência para a formulação de práticas educativas que possibilitem a formação global dos alunos, como parte do processo de aprendizagem, tem uma função diagnóstica que busca investigar os conhecimentos que o aluno traz para a sala de aula; é formadora, no sentido de acompanhar as etapas de aprendizagem e da totalidade de percurso pessoal inclusive para reorientá-lo e tem caráter de continuidade, visando organizar as ações educativas subsequentes.

O supervisor e o professor deverão saber observar, interpretar, investigar, buscando acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno e identificar os indicadores do seu progresso ou fracasso. O processo de avaliação deve ser formativo, contínuo, criterioso e intencional nos aspectos quantitativos e qualitativos. Com relação aos aspectos quantitativos, no Ensino Fundamental deve-se considerar a dosagem da distribuição de pontos ao longo do ano letivo, sendo 40% distribuídos em, no mínimo 2 (duas) provas individuais por trimestre e 60% distribuídos em trabalhos e atividades em grupos e/ou individuais, também por trimestre, assim distribuídos:

No decorrer e final de cada ciclo, os alunos do 2º, 3º e 5º anos de escolaridade farão provas externas vindas do Governo Federal (Provinha Brasil e Prova Brasil), Estadual (SIMAVE) e Municipal (SAME). No processo de aprendizagem, incluímos em nosso currículo o vestibulinho apreciado por nós como uma ferramenta útil na forma de avaliar e familiarizar o aluno com os tipos de provas externas, a exemplo a “Prova Brasil.” Como forma de registro do processo dos alunos o diário de classe é o instrumento utilizado pelo professor para registrar a vida escolar do aluno. Do Diário de Classe são extraídas todas as informações necessárias para emissão de documentos como histórico escolar, ficha individual do aluno, entre outros.

O professor deverá zelar pelo preenchimento correto do Diário de Classe, sem rasuras, observando as orientações constantes do mesmo. Devem ser entregues na secretaria, da Escola conforme a data estabelecida, a fim de não provocar atraso no andamento dos trabalhos.

Após a realização do Conselho de Classe o professor deverá passar, trimestralmente, os conceitos e o relatório individual dos alunos para o Supervisor Pedagógico. Só após a apreciação e visto do mesmo, no diário, os mesmos poderão ser entregues na Secretaria da Escola. Para registrar a situação final do aluno no diário, o professor deverá utilizar a coluna correta. O

professor deverá registrar, ao final de cada trimestre, na ficha de acompanhamento individual do aluno, os avanços dos mesmos (anos iniciais do Ensino Fundamental). No caso de transferência, o registro, deve acontecer no momento da transferência. Cabe a Secretaria informar ao professor os alunos admitidos e transferidos.

O supervisor Pedagógico deverá fazer registro do Conselho de Classe se necessário organizar junto aos professores estratégias de recuperação. Deverá ainda fazer levantamento da carga horária de cada disciplina, ao final de cada trimestre. Caso haja deficiência de carga horária providenciar a reposição o mais rápido possível. Ao secretário da escola cabe controlar, através de recibos, a data de entrega dos diários. Cabe ao diretor ao término do ano/período letivo conferir se todos os professores entregaram os diários devidamente preenchidos.

A avaliação contínua e processual dos estudantes no Ensino Fundamental será disciplinada no regimento da escola, observando os processos de diagnóstico, investigação, reflexão, inclusão, possibilidade de aceleração de estudo para estudante com atraso escolar, possibilidade de avanço no ciclo, garantia de estudos de recuperação concomitantemente com o processo educativo. Recuperação do aluno é uma estratégia de intervenção no processo educativo, quando as dificuldades são diagnosticadas, constituindo uma oportunidade de levar o aluno ao desenvolvimento esperado. Os estudos de recuperação visam proporcionar ao aluno oportunidades de aprendizagem para recuperar deficiências verificadas no seu desempenho escolar. Este estudo de recuperação, de caráter obrigatório, constitui oportunidades diversificadas e diferenciadas no processo de aprendizagem do aluno, tendo em vista a melhoria de seu aproveitamento.

O professor deverá zelar pelo preenchimento correto do Diário de Classe, sem rasuras, observando as orientações constantes do mesmo. Devem ser entregues na secretaria, da Escola conforme a data estabelecida, a fim de não provocar atraso no andamento dos trabalhos.

Após a realização do Conselho de Classe o professor deverá passar, trimestralmente, os conceitos e o relatório individual dos alunos para o Supervisor Pedagógico. Só após a apreciação e visto do mesmo, no diário, os

mesmos poderão ser entregues na Secretaria da Escola. Para registrar a situação final do aluno no diário, o professor deverá utilizar a coluna correta. O professor deverá registrar, ao final de cada trimestre, na ficha de acompanhamento individual do aluno, os avanços dos mesmos (anos iniciais do Ensino Fundamental). No caso de transferência, o registro, deve acontecer no momento da transferência. Cabe a Secretaria informar ao professor os alunos admitidos e transferidos.

O supervisor Pedagógico deverá fazer registro do Conselho de Classe se necessário organizar junto aos professores estratégias de recuperação. Deverá ainda fazer levantamento da carga horária de cada disciplina, ao final de cada trimestre. Caso haja deficiência de carga horária providenciar a reposição o mais rápido possível. Ao secretário da escola cabe controlar, através de recibos, a data de entrega dos diários. Cabe ao diretor ao término do ano/período letivo conferir se todos os professores entregaram os diários devidamente preenchidos.

A avaliação contínua e processual dos estudantes no Ensino Fundamental será disciplinada no regimento da escola, observando os processos de diagnóstico, investigação, reflexão, inclusão, possibilidade de aceleração de estudo para estudante com atraso escolar, possibilidade de avanço no ciclo, garantia de estudos de recuperação concomitantemente com o processo educativo. Recuperação do aluno é uma estratégia de intervenção no processo educativo, quando as dificuldades são diagnosticadas, constituindo uma oportunidade de levar o aluno ao desenvolvimento esperado. Os estudos de recuperação visam proporcionar ao aluno oportunidades de aprendizagem para recuperar deficiências verificadas no seu desempenho escolar. Este estudo de recuperação, de caráter obrigatório, constitui oportunidades diversificadas e diferenciadas no processo de aprendizagem do aluno, tendo em vista a melhoria de seu aproveitamento.

Cabe a escola ministrar atividades planejadas, para cada conteúdo a ser recuperado, no momento em que verificar a deficiência, provendo todos os meios possíveis para a recuperação do aluno. A escola poderá oferecer, ainda, outras oportunidades de aprendizagem ao aluno que, mesmo que submetidos aos estudos paralelos de recuperação já oferecidos, permanece com

dificuldades. Cabe ao Serviço Pedagógico da Escola preparar, juntamente com o professor, o planejamento da recuperação paralela. Para a recuperação destinada ao aluno com aproveitamento insuficiente em relação à turma, o Serviço Pedagógico se utilizará do professor de apoio ou de estagiários, em horários determinados para desenvolver atividades de recuperação. O planejamento e acompanhamento da recuperação paralela serão coordenados pelo serviço pedagógico em reuniões com o professor. Nas reuniões, serão definidos os pré-requisitos que foram apreendidos, mediante os objetivos propostos. Ao final do ano letivo, ocorrida à recuperação contínua e diagnóstica, o aluno que ainda não atingiu o nível de aproveitamento desejável no(s) conteúdo(s), conforme a avaliação do Conselho de Classe terá outra oportunidade, através dos Estudos Orientados.

- **ESTUDOS ORIENTADOS:** Para os alunos que não adquiriram as habilidades básicas, com os métodos adotados num determinado espaço de tempo, ou seja, em uma aula, em uma unidade, em um período, em um semestre ou até mesmo em um ciclo, o professor deverá organizar grupos de alunos, a partir de diagnóstico realizado no processo de avaliação, para receberem acompanhamento adequado.
- **ESTUDOS ORIENTADOS PRESENCIAIS:** Serão desenvolvidos após a realização da última avaliação do período letivo e destinam-se aos alunos que não apresentarem o domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período. Deverão ser realizados em dezembro, antes do encerramento do ano escolar, constando necessariamente, no calendário escolar o tempo destinado à sua realização.
- **ESTUDOS INDEPENDENTES:** O aluno submetido aos estudos orientados presenciais e/ou estudo independente terá suas notas, adquiridas ao longo do ano letivo, anuladas. Devendo, novamente, serem distribuídos 100 pontos, sendo 40% para, no mínimo, 02 (duas) provas individuais e 60% para trabalhos e atividades individuais, na(s) disciplina(s) em que ficou retido. A média estabelecida para a aprovação será de 60% para o Ensino Fundamental.

Trabalhar na perspectiva da progressão continuada nos anos iniciais do ensino fundamental permite ao aluno avanços sucessivos sem interrupções nos anos de escolaridade e ciclos. Portanto, a escola pode desenvolver o

currículo, dentro de um mesmo nível de ensino, de forma contínua, utilizando da competência de seus profissionais, dos recursos pedagógicos e do apoio da família e da comunidade. Ao final de cada ano, dentro do Ciclo, deve haver uma avaliação global do desenvolvimento dos alunos em relação aos objetivos do ano em que se encontram. De forma a orientar o planejamento didático do ano seguinte, garantido a continuidade do processo de aprendizagem.

Ao final do Ciclo Inicial de Alfabetização (3º ano) ou do Ciclo Complementar de Alfabetização (5º ano) ficará retido o aluno que não alcançar o nível de aprendizagem exigida depois de esgotadas todas às formas de recuperação previstas em lei.

Classificar significa posicionar o aluno ao ano de escolaridade anuais, períodos semestrais, ciclos e outras formas de organização compatíveis com a sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento, segundo o processo de avaliação definido no Regimento Escolar.

A classificação pode ser feita:

- a) **por promoção**- para alunos que cursaram, com aproveitamento, o ano de escolaridade/período ou fase anterior, na própria escola;
- b) **por transferência**- para candidato procedente de outra escola.
- c) **por avaliação**- independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série/período ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

Reclassificação- Reclassificar significa mudar a posição do aluno no histórico escolar. É classificá-lo em outro ano de escolaridade, período ou fase adequada à sua idade, no sentido de reforçar a autoestima, o gosto pelos estudos e pela escola.

Este processo deve ser feito através de avaliações, nos mesmos termos da classificação e pode ocorrer nas situações de:

- a) **Avanço escolar**- somente para aluno que demonstre altas habilidades e elevado nível de competência, comprovadas por comissão composta por professores, psicopedagogos, psicólogo e supervisores. É a forma de

propiciar ao aluno que apresente nível de desenvolvimento acima de sua idade, a oportunidade de concluir em menos tempo, series, períodos, ciclos ou etapas.

- b) **Aceleração-** è a forma de propiciar ao aluno com atraso escolar (chamado de defasagem idade/serie) a oportunidade de atingir o nível de desenvolvimento correspondente à sua idade.
- c) **Transferência-** indicando a posição do aluno que poderá ser modificada na escola de destino, conforme prerrogativa legal.

A Reclassificação por frequência é a forma de propiciar ao aluno com mais de 25% de faltas, o prosseguimento de seus estudos, desde que comprove habilidades e competências através de avaliação especial em todos os conteúdos, demonstrando melhoria de aprendizagem, situação esta que deve ser prevista no Regimento Escolar. Entendemos que a educação não pode ser uma tarefa isolada entre os diferentes funcionários. É preciso que todos que trabalham na escola atuam de maneira coerente, coordenada e organizada para a busca da melhoria da qualidade.

Portanto, a avaliação não poderá ter caráter punitivo ou classificatório, mas de estar promovendo mudanças /qualitativas, oportunizando assim a escola, aos momentos em que todos os seus profissionais envolvidos possam avaliar e serem avaliados, cada qual ao nível das competências e da função desempenhada e no papel desenvolvido na escola. Desta forma, os conflitos, as dificuldades e as diferentes visões dos profissionais estarão otimizando um trabalho dinâmico, reflexivo e participativo, valorizando-se a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação consolida-se quando promove o desenvolvimento humano e melhoria das condições de vida. É preciso concebê-la como fator de mudança, progresso e renovação. Buscamos, através deste documento, nortear novas ações a partir de uma análise crítica da realidade, estabelecendo metas e ações para que alcancemos nossos objetivos, sonho coletivo de uma

equipe de educadores comprometidos com a mudança. Quem sabe aonde chegar, escolhe o caminho certo e o jeito de caminhar, avaliando, auto avaliando, criando condições favoráveis ao aprendizado e ao crescimento pessoal e profissional. Um dos nossos objetivos é atender aos educandos, oferecendo desenvolvimento e ensino de qualidade que propicie a formação plena do cidadão, levando em conta a diversidade dos contextos socioculturais e peculiaridades da comunidade local.

Entendemos que é dever de nossa escola prezar a educação que abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, sendo assim, trabalhamos a Educação escolar para que esta deva vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Acreditamos ser pertinente em nossa instituição educacional oferecer o ensino fundamental garantindo as oportunidades educativas requeridas para o entendimento das necessidades básicas de aprendizagem dos educandos, focalizando em especial, o domínio dos instrumentos essenciais à aprendizagem para toda a vida, a leitura, a escrita, a expressão oral, a capacidade de solucionar problemas e elaborar projetos de intervenção na realidade. O objetivo da elaboração de uma proposta pedagógica é permitir que a escola seja uma escola eficaz. Há varias razões para que todos sejam envolvidos nesta construção das propostas. Vale destacar o escritor João Ferreira de Oliveira¹⁶

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de *educar bem* e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.

¹⁶ Oliveira, de João Ferreira - A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. Texto 2- Biblioteca do curso: Escola de Gestores 2012.

A Educação consolida-se quando promove o desenvolvimento humano e melhoria das condições de vida. É preciso concebê-la como fator de mudança, progresso e renovação. Buscamos, através deste documento, nortear novas ações a partir de uma análise crítica da realidade, estabelecendo metas e ações para que alcancemos nossos objetivos, sonho coletivo de uma equipe de educadores comprometidos com a mudança. Quem sabe aonde chegar, escolhe o caminho certo e o jeito de caminhar, avaliando, auto avaliando, criando condições favoráveis ao aprendizado e ao crescimento pessoal e profissional. Um dos nossos objetivos é atender aos educandos, oferecendo desenvolvimento e ensino de qualidade que propicie a formação plena do cidadão, levando em conta a diversidade dos contextos socioculturais e peculiaridades da comunidade local.

Entendemos que é dever de nossa escola prezar a educação que abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, sendo assim, trabalhamos a Educação escolar para que esta deva vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Acreditamos ser pertinente em nossa instituição educacional oferecer o ensino fundamental garantindo as oportunidades educativas requeridas para o entendimento das necessidades básicas de aprendizagem dos educandos, focalizando em especial, o domínio dos instrumentos essenciais à aprendizagem para toda a vida, a leitura, a escrita, a expressão oral, a capacidade de solucionar problemas e elaborar projetos de intervenção na realidade. O objetivo da elaboração de uma proposta pedagógica é permitir que a escola seja uma escola eficaz. Há várias razões para que todos sejam envolvidos nesta construção das propostas. Vale destacar o escritor João Ferreira de Oliveira¹⁷

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta

¹⁷ Oliveira, de João Ferreira - A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. Texto 2- Biblioteca do curso: Escola de Gestores 2012.

direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de *educar bem* e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.

A administração, as decisões, as ações devem ser elaboradas e executadas de forma não hierarquizada. Para que a proposta funcione é preciso que todos a entendam e colaborem na sua implementação. Qualquer decisão e ação tomada ou implantada na escola devem ser do conhecimento de todos. Segundo a LDB, a elaboração e execução de uma proposta pedagógica são a primeira e principal das atribuições da escola, devendo sua gestão orientar-se para tal fim. Isto porque desta definição dependem de muitas outras.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M.L. de. **Implicações da nova lógica de ação do estado para a educação municipal**. Revista Educação & Sociedade n. 80, Campinas: CEDES, 2002. Biblioteca do curso: Escola de Gestores 2012.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de, AGUIAR, Márcia Ângela. **A Produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPEd**. Biblioteca do curso: Escola de Gestores 2012.

Bloom, B., Hastings e Madaus(1971). **Manual de avaliação Formativa e Somativa do Aprendizado Escolar**. S. Paulo: Livraria Pioneira Editora. P. 85.

DOURADO, Luiz Fernandes(org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições-** Brasil: MEC/INEP.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico. Cadernos Educação Básica - O**

projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994. p.63.

Ministério da Educação (MEC) **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB 9394/96**. Brasil. 1996.

OLIVEIRA, de João Ferreira - **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Texto 2- Biblioteca do curso: Escola de Gestores 2012.

Ministério da Educação (MEC) **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**. Brasil. 1998.

PERRENOUD, Ph. (1999). Avaliação. Da Experiência à Regulação das Aprendizagens. Porto Alegre: Artmed Editora. De Boech,1998. P. 38.

Regimento Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros-MG.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et AL . Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. Biblioteca do curso: Escola de Gestores 2012.